



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2588-44.2014.8.17.0000 (330094-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA
AGRAVADA: MARIA CRISTINA DE JESUS FERNANDES

EMENTA: AGRADO DE INSTRUMENTO. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE DA MENSALIDADE EQUIVALENTE A 56%. MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. 59 ANOS. EXORBITÂNCIA. ABUSIVIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 51, IV, DO CDC. RECURSO IMPROVIDO.

- É abusiva a cláusula de contrato de adesão que determina unilateralmente o aumento de mensalidade em aproximadamente 56%, exclusivamente com fundamento na mudança de faixa etária de segurado.

- Na impossibilidade de elevar exageradamente os valores cobrados dos idosos - protegidos pelo respectivo estatuto - não é admissível que o façam em prejuízo de quem ainda "somente" conta 59 (cinquenta e nove) anos de idade.

- Agravo de Instrumento improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as nominadas acima, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **NEGAR PROVIMENTO AO AGRADO DE INSTRUMENTO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

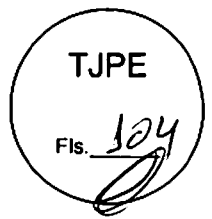
Sala de Sessões, em

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2588-44.2014.8.17.0000 (330094-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA
AGRAVADA: MARIA CRISTINA DE JESUS FERNANDES

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão (fls. 12/13v) que deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, determinando o depósito por parte da Agravada, a ser feito no prazo de 5 (cinco) dias, das parcelas vincendas, mensalmente, estipuladas em R\$547,54 (quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

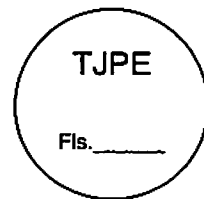
Determinou, ainda, a não suspensão da prestação dos serviços médicos/hospitalares por parte da Agravante em relação ao contrato objeto da demanda, com a devida autorização de todos os procedimentos que sejam porventura necessários e relacionados à saúde da Agravada.

A Ação de Obrigação de Fazer c/c Revisão Contratual foi proposta pela Agravada no intuito de obstar o aumento de 56% (cinquenta e seis por cento) na mensalidade de seu plano de saúde, além do recebimento de indenização por danos morais, bem como restituição em dobro das quantias pagas a maior.

Em suas razões recursais (fls. 02/10), a Agravante sustenta a validade do ajuste fundamentado na mudança de faixa etária da segurada, pois o aumento teria observado o disposto na Lei 9.656/98 e na Resolução Normativa 63/2003 da ANS.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Ademais, o aumento não teria sido realizado apenas para a obtenção de um maior percentual de lucro, e sim para que seja possível o pagamento das coberturas das despesas médicas contratadas.

Nesse diapasão, a Agravante requereu a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, aduzindo sobre os prejuízos decorrentes da manutenção da decisão recorrida - pleito denegado pelo i. Relator substituto através da decisão interlocutória de fls. 94/96v. Ao final, pugna pelo provimento do Agravo.

Intimada para contrarrazões, a Agravada não se manifestou no prazo, como se depreende da certidão de fls. 101.

É o relatório, no essencial.

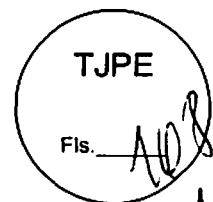
Inclua-se em pauta, sem revisão.

Recife,

Obobu
Formu
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



1 2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2588-44.2014.8.17.0000 (330094-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA

AGRAVADA: MARIA CRISTINA DE JESUS FERNANDES

V O T O

722

Inexistindo elementos para julgar de modo diverso, encampo a linha de pensamento adotada na decisão interlocutória (fls. 94/96v) que apreciou o pedido de atribuição de efeito suspensivo, acrescendo-lhe as razões de decidir adiante expostas.

Na situação em tela, tenho que a *relevância da fundamentação milita a favor da Agravada* no tocante ao pleito de suspensão do reajuste de aproximadamente 56% (cinquenta e seis por cento) no valor da mensalidade do seguro saúde.

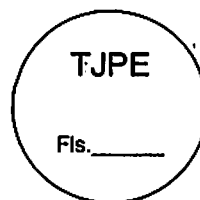
Apesar das alegações da Agravante acerca da previsão contratual (fl. 34v) e da observância da Resolução 63/2003 da ANS, o aumento afigura-se abusivo, e põe em risco a vida e a saúde da segurada, haja vista constituir obstáculo à continuidade da própria contratação.

A hipótese em análise envolve contrato de adesão, cujas cláusulas restritivas são elaboradas unilateralmente pela operadora de planos de saúde. Para obter a cobertura ofertada, o consumidor se sujeita àquelas sem direito de opinar sobre absolutamente nenhum aspecto.

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Dito isso, ressalto, ainda, que uma prática adotada pelas seguradoras e que vem sendo assistida pela população usuária é o aumento exorbitante das mensalidades dos consumidores, incluindo os que ainda não são idosos, porém se encontram em idade bem próxima.

Assim, resguardados os direitos dos idosos pelo respectivo estatuto (Lei 10.741/2003), resta às empresas daquele ramo onerar os que ainda não alcançaram a faixa dos 60 (sessenta) anos de idade, como a Agravada, que conta com 59 (cinquenta e nove) anos, como admitido pelo próprio recorrente (fls. 04).

Nesses tipos de contrato, em que a preservação da vida e da saúde do segurado é o objetivo maior, uma cláusula que, porventura, preveja um aumento exorbitante e desproporcional, estabelecido unicamente em razão da idade da segurada, deve ser declarada nula, por violar os princípios da boa-fé objetiva e da equivalência material das prestações, conforme preconiza o CDC¹.

Acerca do tema, colaciono os seguintes julgados, com grifos nossos:

.....

RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE DE FAIXA ETÁRIA. CLÁUSULA DE DIFÍCIL COMPREENSÃO. ABUSIVIDADE. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

¹ Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

(...)

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 109

DECISÃO UNÂNIME. I - É inquestionável a licitude da cláusula contratual que prevê a estipulação de reajuste das mensalidades decorrente de mudança de faixa etária, entretanto, além de expressamente estipulada na avença, tal previsão deve ser clara, de modo a facilitar o entendimento do consumidor, e em percentual razoável, que viabilize a sua permanência no plano de saúde contratado. II-In casu, a cláusula não fixa os percentuais de reajustes em função do prêmio a ser pago, mas tão somente aponta o percentual como fórmula de cálculo da US (Unidade de Serviço), o que não se mostra claro o suficiente, de modo a permitir que o consumidor, ao final da equação, quantifique com precisão, qual valor, expresso em moeda corrente, será devido a título de prêmio. III-A ausência de informações claras ao segurado-consumidor é suficiente para caracterizar a nulidade de qualquer cláusula que, apesar de prever a majoração de valores ante o deslocamento de faixa etária, não se encontra redigida de forma cristalina, especificando claramente quais são os exatos percentuais que serão aplicados quando o segurado ultrapassar cada uma das faixas especificadas. IV-É de se mencionar ainda que não há como a Agravada suportar o aumento apontado na ordem de 70,99% (noventa e nove vírgula nove por cento), quando da mudança de faixa etária de 55 anos para 56 anos, por se mostrar tal percentual expressivo e destoante do padrão médio da ordem de 35% empregado quando de outros deslocamentos de faixa etária. V-Recurso de Agravo não provido. (TJ-PE - AGV: 2799900 PE 0014710-60.2012.8.17.0000, Relatora Substituta: Juíza Virginia Gondim Dantas Rodrigues, 3ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 06/09/2012).

.....

AGRAVO REGIMENTAL. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE EM FUNÇÃO DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. CONTRATO CELEBRADO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DO ESTATUTO DO IDOSO. NULIDADE DE CLÁUSULA. 1.- É nula a cláusula de contrato de plano de saúde que prevê reajuste de mensalidade baseado exclusivamente na mudança de faixa etária, ainda que se trate de contrato firmado antes da vigência do Estatuto do Idoso, porquanto, sendo norma de ordem pública, tem ela aplicação imediata, não havendo que se falar em retroatividade da lei para afastar os reajustes ocorridos antes de sua vigência, e sim em vedação à discriminação em razão da idade. 2.- Ademais, o art. 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor permite reconhecer a abusividade da



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

cláusula, por constituir obstáculo à continuidade da contratação pelo beneficiário, devendo a administradora do plano de saúde demonstrar a proporcionalidade entre a nova mensalidade e o potencial aumento de utilização dos serviços, ou seja, provar a ocorrência de desequilíbrio ao contrato de maneira a justificar o reajuste. 3.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1324344/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 01/04/2013).

.....

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. ANÁLISE DO MÉRITO DA DEMANDA EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. REQUISITOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. REAJUSTE EM DECORRÊNCIA DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA IDADE. RECURSO ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 5/STJ. 1. A jurisprudência do STJ considera abusiva cláusula contratual que prevê reajuste de mensalidade de plano de saúde em decorrência de mudança de faixa etária do segurado. 2. Não há como verificar se as cláusulas contratuais foram redigidas de forma clara e de acordo com as resoluções aplicáveis, a teor da Súmula n. 5/STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 202.013/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 26/03/2013).

.....

No caso dos autos, do exame da tabela de fls. 34v, constata-se que o aumento pretendido pela Agravante é bastante superior ao percentual médio dos reajustes aplicados quando dos demais deslocamentos de faixa etária, o que, por si só, configura abusividade.

Lado outro, o perigo da demora está caracterizado no risco de a Agravada quedar sem cobertura por falta de pagamento, caso tenha que adimplir mensalidade tão elevada.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 110

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO AGRADO DE INSTRUMENTO**, mantendo a decisão interlocutória proferida pelo i. Juiz a quo.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator